

O PCB CONVIDA AS MULHERES À LUTA PELA DEMOCRACIA!

Representações Femininas em *O Momento* (1945-1947)

Iracélli da Cruz Alves¹

Resumo

A presente comunicação é um dos resultados parciais do subprojeto intitulado *Mulheres Comunistas na luta pela democracia! Representações femininas em O Momento (1945-1947)*, que se integra ao projeto de pesquisa *No rastro de Miranda: uma investigação histórica acerca da trajetória de Antônio Maciel Bonfim (1905-c. 1947)*, coordenado pelo Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira (UNEB), no qual participo como bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Nesse sentido, o texto então apresentado objetiva discutir algumas das representações comunistas elaboradas nas páginas do jornal baiano *O Momento*, visando problematizar as formas a partir das quais os comunistas vislumbravam os papéis sociais e a participação feminina na política pública. Assim, questiono: por que os comunistas se preocuparam em demandar a participação feminina no Partido?

Palavras-chave: História das mulheres – comunismo – representações

Às 14 horas do dia 05 de maio de 1946 foi realizada, na Associação dos Empregados no Comércio, em Salvador, uma sabatina do deputado comunista Carlos Marighela com as mulheres baianas.² As chamadas “sabatinas” eram reuniões públicas organizadas, especialmente pelos jornais, objetivando reunir populares em torno dos ideais comunistas e captar novas adesões para o Partido.³

De acordo com as estimativas do jornal *O Momento*, o evento contou com a participação de um grande número de mulheres, operárias, donas de casa, de elementos femininos progressistas de várias classes e da Liga Feminina Democrática, além de outras pessoas. Antes da sabatina, o deputado Marighela ofereceu uma conferência, abordando vários assuntos relacionados à situação de miséria e exploração em que se encontravam as mulheres brasileiras. O parlamentar comunista se preocupou em descrever as várias fases atravessadas pelas mulheres no decorrer da história. Segundo ele, nos tempos primitivos, as mulheres experimentaram uma situação de liberdade, pois participavam ativamente da produção. Mas, com o surgimento da propriedade privada, “a mulher passou a ser considerada escrava, pelo fato de aparecerem os primeiros proprietários, os que possuíam a terra”. Após a descrição da situação feminina na sociedade feudal, Marighela estendeu a sua análise à situação da mulher na sociedade capitalista, “onde é considerada em plano de inferioridade e está sujeita a uma verdadeira escravidão de vida, decorrente sobretudo da sua dependência econômica”. Após a apreciação, o deputado advertiu que a liberdade feminina só seria conquistada quando as mulheres participassem dos meios de produção.⁴

Dando continuidade à sua exposição, o deputado reverberou que a situação de escravidão que a sociedade capitalista gerava não se restringia ao sexo feminino, atingindo também aos homens. Desse modo, Marighela convocou as mulheres baianas, principalmente as operárias, a se organizarem na luta pela democracia e advertiu que a luta deveria ser em conjunto com o sexo masculino. O comunista enfatizou que a luta feminina e as suas organizações democráticas sempre encontrava resistência, pois a evolução da mentalidade do povo é demorada. Entretanto, quando as mulheres se organizassem de forma consciente, conseguiriam conquistar a independência. Não obstante, o deputado salientou que a luta feminina não deveria ser uma luta contra os homens, mas ao lado deles. Nesse sentido, destacou, que as mulheres não deveriam se envolver com o feminismo, considerando-o como

um falso movimento que se diz disposto a emancipar as mulheres. [...] Taxa esse movimento de mulheres contra homens de reacionário e aponta como único caminho para uma verdadeira libertação das mulheres o procurar organizarem-se e buscarem o povo nos bairros mais abandonados da cidade.⁵

Partindo das considerações acima, observamos que, ao convocar as mulheres à luta pela democracia, o Partido Comunista do Brasil (PCB) se empenhou em relacionar a situação de subjugação feminina à dependência econômica vivida pelas mulheres. Desse modo, os pecevistas buscaram apresentar às mulheres um caminho legítimo para conquistarem a independência, qual seja a luta conjunta pela democracia. É necessário pontuar que as percepções da realidade social não são discursos neutros. Por isso, as representações que os grupos modelam deles próprios, ou dos outros, permitem identificar como em diferentes espaços e períodos uma determinada realidade social é construída, pensada, interpretada. Destarte, as representações construídas pelos grupos se constituem enquanto matrizes de discursos e de práticas diferenciadas, tendo como finalidade a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades.⁶ Desse modo, para compreendermos as representações do feminino construídas pela imprensa comunista na década de 1940 torna-se fundamental a análise do contexto histórico do período.

O Brasil, no início do século XX, conheceu significativas transformações econômicas e sociais, dentre elas a industrialização e urbanização, que contribuíram para a ampliação do mercado de trabalho. Conseqüentemente, as mulheres conquistaram mais espaços na sociedade, passando a exercer mais intensamente outros papéis, além das de mães e esposas, ensinadas historicamente pela sociedade tradicional.⁷ O período foi marcado, também, por

duas grandes guerras, que modificaram demasiadamente a dinâmica social. Nesse contexto, o PCB se apresentou como uma alternativa para as reivindicações femininas. Lênin, já em 1919, reivindicava a igualdade jurídica entre mulheres e homens, apesar de descrever o sexo feminino como frágil e que, por isso, sofria com leis opressoras e humilhantes. Nas palavras de Lênin:

A meu ver, todo Estado operário que se encaminhe para o socialismo, deverá cumprir uma dupla tarefa. A primeira parte dessa tarefa é relativamente simples e fácil: diz respeito às velhas leis que colocaram a mulher num estado de inferioridade em relação ao homem. [...] Refiro-me, precisamente, às leis que, aproveitando-se do fato de que a mulher é mais débil, a colocavam numa situação de desigualdade, muitas vezes até mesmo humilhante.⁸

A reivindicação pela liberdade feminina não ficou restrita ao dirigente comunista. No mesmo período, a destacada militante bolchevique Alexandra Kollontai (1872-1953) chamava a atenção para o nascimento de um novo tipo de mulher, proporcionado pelo capitalismo e, diferentemente de Lênin, Kollontai não dava ênfase à suposta inferioridade natural do sexo feminino. Para ela,

A realidade capitalista contemporânea parece esforçar-se em criar um tipo de mulher, que, pela formação do seu espírito, se encontra incomparavelmente mais próxima do homem do que da mulher do passado. Esse tipo de mulher é uma consequência natural e inevitável da participação da mulher na corrente da vida econômica e social. O mundo capitalista só recebe as mulheres que souberem desprezar, a tempo, as **virtudes femininas** e que assimilaram a filosofia da luta pela vida. Para as **inadaptadas** [...] não há lugar nas fileiras das classes trabalhadoras. Cria-se desse modo, uma espécie de **seleção natural** entre as mulheres de diversas camadas sociais. As fileiras **das trabalhadoras** são sempre formadas pelas mais fortes e resistentes, pelas mulheres de espírito mais disciplinado. As de natureza frágil e passivas continuam fortemente vinculadas ao lar. (*Grifos no original*)⁹

A partir das citações, observa-se diferenças nas descrições das mulheres realizadas por Lênin e Kollontai. Enquanto o primeiro destacava a “debilidade natural” feminina, a segunda frisava a existência de dois tipos de mulheres: a operária, caracterizada como forte e resistente, “mais próxima do homem”, e as “inadaptadas”, ou seja, aquelas que não souberam desprezar as “virtudes femininas”. Estas eram consideradas de natureza frágil e passiva. Desse modo, é possível sugerir que, para Lênin, a inferioridade feminina se constituía enquanto um fator natural, enquanto Kollontai destacava a dimensão social do problema. Nesse sentido,

deve-se observar que as representações sociais são elaboradas a partir dos interesses de grupos que as forjam, tendo como objetivo a definição de um mundo, pautada na determinação contraditória das identidades.¹⁰

No longo da sua trajetória, o Partido Comunista do Brasil apresentou determinadas especificidades, a exemplo no curto período de legalidade da agremiação, entre os anos de 1945 e 1947. Desta forma, após uma fase de centralização do poder durante a Era Vargas (1930-1945), o Brasil experimentou, após o colapso da experiência autoritária, um breve período democrático, apesar das suas limitações. Tornando-se uma facção política legal, o PCB direcionou as suas atividades no sentido de constituir um partido de massas. Desse modo, buscou aumentar a sua influência na sociedade e aumentar o número de filiados e militantes.¹¹ Nesse sentido, os dirigentes comunistas defendiam que a orientação política deveria continuar sendo a da *União Nacional*, empreendida pelos pecebistas desde 1936, quando o partido buscou uma conciliação com setores da burguesia nacional.¹²

Ademais, sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, as sociedades ocidentais, ao longo da década de 1940, conheceram uma aceleração das transformações que já vinham modificando o mundo desde o advento da Revolução Industrial. O conflito global exigiu uma extraordinária mobilização de forças, intensificando a participação feminina no mercado de trabalho e contribuindo para transformações relevantes em termos de comportamento social.¹³

Portanto, o processo de liberalização da política, tornou possível, também, a participação dos pecebistas no processo eleitoral e na Assembleia Nacional Constituinte, ansiosamente aguardado. Consequentemente, os comunistas se empenharam em deslanchar uma campanha nos Estados pelo alistamento eleitoral, além de iniciarem a escolha, entre os melhores quadros, dos candidatos às eleições para a Constituinte.¹⁴ Na conjuntura da década de 1940, a democracia talvez não fosse entendida pelo PCB como um valor universal, mas foi incorporada como um valor fundamental a ser alcançado e defendido, principalmente nas circunstâncias em que era frequentemente ameaçada. É relevante salientar que os comunistas entendiam a democracia como um instrumento de libertação das amplas massas proletárias e populares, fazendo valer seus direitos.¹⁵ Desse modo, cabe-nos analisar quais os papéis sociais que o PCB atribuía às mulheres na luta pela democracia no Brasil e na Bahia e qual o interesse da agremiação em arregimentá-las.

Acerca do ponto em discussão, destaque-se que o periódico baiano *O Momento*, fundado em 1945, torna-se um elemento fundamental no empreendimento do estudo, pois

nele é possível encontrar um número significativo de matérias que objetivavam orientar as mulheres baianas sobre os caminhos que deveriam ser trilhados por elas na luta pela democracia. O jornal tinha como preocupação “caracterizar a liberalização do regime e as eleições que se aproximavam como algo que promovia ‘um novo despertar político do povo’”.¹⁶ Nesse sentido, observa-se que, embora não fosse um partido político, a imprensa comunista assumiu esse papel, a fim de atender aos objetivos do PCB, que tinha como meta se articular aos distintos segmentos sociais, a fim de tentar executar o projeto revolucionário concebido pelos comunistas.¹⁷

As matérias do periódico deixam evidente que foi constante o apelo do PCB no sentido de convocar as mulheres à luta pela democracia, como na matéria seguinte:

No Rio, em São Paulo, para não citar outras capitais brasileiras, as mulheres estão começando a tomar parte ativa na presente campanha política. Não querem ser apenas expectadoras do movimento de democratização do país, nem somente depositar, como autômatos, o seu voto na urna. As mulheres vão participando do atual movimento de opinião e é justo que o façam. Não apenas porque, na opinião de Talleirand – ‘as mulheres são a política’ – mas, também, e sobretudo, porque elas são pensamento e ação no mundo de hoje. [...] A mulher brasileira – mãe, esposa ou irmã – portou-se admiravelmente na luta do Brasil contra o nazi-fascismo. Foi ela quem melhor animou e incentivou nossos soldados. Agora, iniciando-se a campanha eleitoral, elas correspondem ao novo apêlo da Pátria, no campo das idéias. No Rio de Janeiro já se encontra em franca atividade o Comitê de Mulheres Pró-Democracia. [...] O Comitê de Mulheres está concitando o mundo feminino para se organizar, em todos os Estados, em comissões semelhantes, de luta pela democracia e pelo progresso da pátria.¹⁸

O texto indica que havia, entre os articulistas de *O Momento*, a preocupação em chamar a atenção das mulheres baianas sobre a necessidade de adentrarem na luta pela democracia. Entretanto, é perceptível que o discurso estava pautado nos valores patriarcais compartilhados pela sociedade brasileira do período. Nota-se que, ao descrever a importância da atuação política feminina, reservava às mulheres os papéis “naturais” de mãe, esposa ou irmã. Mas, por que os comunistas se empenharam em envolver as mulheres nesta luta?

De acordo com Sena Júnior, no processo de luta pela democracia, os pecebistas passaram a dirigir os seus discursos para um público cada vez mais amplo, extrapolando a os limites da classe operária, intentando transformar o “partido do proletariado” em partido de todo o povo. Destarte, o PCB procurou se inserir em espaços onde antes havia um vácuo político, ou que contavam com lideranças com pouco experiência nas lutas cotidianas,

forjadas na conjuntura da guerra. Nesse sentido, os comunistas lançaram o seu olhar e empreenderam parte dos seus esforços na construção de um trabalho político voltado para os setores populares da sociedade brasileira.¹⁹ Em virtude dos fatos mencionados, pode-se sugerir que o trabalho dirigido às mulheres se coadunava com a estratégia adotada pelo PCB no período de redemocratização.

Assim, as sabatinas, a formação de Comitês Democráticos Populares e a utilização da imprensa se constituíram enquanto importantes mecanismos de divulgação da linha política do partido, visando atrair um número cada vez maior de eleitores e/ou militantes para o partido. Analisando o jornal *O Momento*, fica evidente que o trabalho de doutrinação feminino, visando cooptar as mulheres para os quadros do partido foi intenso, como indica a matéria “Sabatina de Maurício Gabois com as mulheres bahianas” – referente a uma “palestra-sabatina” realizada em 3 de agosto de 1946, na Associação dos Empregados no Comércio. O evento tinha como finalidade orientar as mulheres sobre o seu papel social na democratização do país, como demonstra a citação:

Dada a palavra ao deputado Gabois, este referiu-se inicialmente ao papel da mulher na democratização do país e a sua colaboração na luta pela paz e progresso. Mostrou ainda como pode a mulher lutar organizadamente por seus direitos em associações amplas.²⁰

A matéria não deu indícios sobre quais os papéis sociais atribuídos por Maurício Gabois às mulheres, por se tratar de uma rápida descrição da sabatina. Mas, permite-nos afirmar que houve uma intenção dos comunistas em orientar as mulheres em relação à luta pela democracia. Levando em consideração as palavras de Marighela, citadas no início do texto, observa-se que os pecebistas se empenharam em convencer as mulheres sobre a necessidade de, em conjunto com os homens, lutarem pela democracia e não se envolverem em grupos reacionários, a exemplo do feminismo, por se tratar apenas de “uma luta de mulheres contra os homens”.

Nota-se que, no período analisado, houve uma preocupação do PCB em garantir a política de *União Nacional*. Consequentemente, não seria interessante que o proletariado e a chamada burguesia progressista se dividisse em diferentes grupos, com pautas específicas. Como já foi mencionado, para aos comunistas, a luta mais importante no momento deveria ser

travada em prol da democracia a favor das amplas massas proletárias e populares, eliminando a exploração do homem pelo homem.²¹

Partindo das considerações, fica evidente que a cooptação das mulheres fazia parte do projeto revolucionário do Partido Comunista do Brasil. Na Bahia, o jornal *O Momento* proporciona indícios de que houve uma forte campanha destinada às mulheres, visando orientá-las sobre os seus papéis sociais naquela conjuntura. Observa-se, também, que os dirigentes comunistas estavam atentos à condição de subjugação feminina e alertavam para a necessidade de libertação das mulheres. Desse modo, os comunistas defendiam posições avançadas para a época, ao questionar determinados padrões de gênero tradicionais. Todavia, não houve uma discussão mais profunda sobre a condição social das mulheres, levando o partido a reproduzir valores que reforçaram os papéis femininos tradicionais e que não se afinaram com a sua orientação marxista. Não obstante, as reafirmações dos valores patriarcais ratificados no discurso dos comunistas pode ser compreendido a partir do universo cultural em que os militantes comunistas se formaram. Ademais, “a formação moral e cultural de cada militante acaba permeando sua prática política, podendo entrar em choque com a postura oficial do partido, racionalmente elaborada.”²²

Com base nas observações, observa-se que *O Momento* também reservou espaços para que as mulheres pudessem se expressar e é possível que sejam encontradas diferenças em relação ao olhar das mulheres sobre si mesmas. Entretanto, o empreendimento da análise, ultrapassaria os limites da presente comunicação.

Para concluir destaque-se que o trabalho aqui apresentado relaciona-se com as investigações recentes sobre a História das Mulheres, a Nova História Política e a História Cultural, além dos estudos sobre o imaginário. Afinal, a realidade é dada para ser sentida e interpretada e o real é fruto desta interpretação, ou, ainda, existe a partir das ideias, dos signos e dos símbolos que são atribuídos ao que se percebe da realidade. Já o imaginário, como mobilizador e evocador de imagens, utiliza o simbólico, fazendo aparecer uma imagem e uma relação que não são percebidas diretamente.²³

¹ Iracélli da Cruz Alves; graduanda da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB); iracelli_alves@hotmail.com.

² AS MULHERES devem organizar-se para saírem da escravidão, *O Momento*, Salvador, Mai., 1946, p. 1, 5.

³ SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. **Os impasses da estratégia**: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948. São Paulo: Annablume, 2009. p. 280.

⁴ AS MULHERES devem organizar-se para saírem da escravidão. Op. Cit.

⁵ Ibid

⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: BERTRAND, 1990. p. 16-18.

⁷ FERREIRA, Laís Mônica Reis. **Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial (1933-1937)**. Salvador: EDUFBA.

⁸ LÊNIN, V.I. **O Socialismo e a emancipação da Mulher**. Rio de Janeiro: Vitória, 1956. p. 31.

⁹ KOLLONTAI, A **Nova Mulher e A Moral Sexual**. São Paulo: Global, 1979. p. 15

¹⁰ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhado. Rio de Janeiro: BERTRAND, 1990. P. 13-28.

¹¹ TAVARES, Betzaida Mata Machado. **Gênero e política: a questão feminina no interior do Partido Comunista Brasileiro**. Disponível em: <www.ichs.ufop.ber/conifes/anais/MPC/mpc0401.htm> Acesso em: 17 Fev. 2011.

¹² SENA JUNIOR, Carlos Zacarias. Op. Cit. p. 93-278

¹³ BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. **O Brasil na década de 1940: Autoritarismo e Democracia**. São Paulo: Ática, 1999, p. 14.

¹⁴ Ibid

¹⁵ Ibid, p. 41.

¹⁶ Ibid, p. 17-254

¹⁷ MORAES, Dênis. **O imaginário vigiado: A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. P. 45-47.

¹⁸ MULHERES na luta pela democracia, O Momento, Salvador, Mai., 1945, p. 4.

¹⁹ SENA JUNIOR, Carlos Zacarias. Op. Cit. p. 240-241

²⁰ SABATINA, de Maurício Gabois com as mulheres bahianas, O Momento, Salvador, Ago. 1946. p. 1, 6.

²¹ SENA JUNIOR, Carlos Zacarias. Op. Cit. p. 41

²² TAVARES, Betzaida Mata Machado. Op. Cit.

²³ LAPLATINE, François; TRINDADE Liana. **O que é Imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 11-25.